E I Nº 1.132.35

Institui o imposto sobre transmissão "inter - vi

Faco saber que a Camara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguin te Lei.

- ARTICO 1º Fica instituido no Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, o imposto sobre transmissão "inter-vivos", a qual quer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua Aquisição.
- ARTIGO 2º O imposto sobre a transmissão "inter-vivos", de que trata o artigo anterior, tem como fato gerador:
 - I a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato operoso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;
 - II a trasmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre inoveis, exceto os de garantia;
 - III cessão de direitos relativos às transmissões referidas refer

ARTICO 3º - Estão compreendidos na incidencia do imposto:

- I a compra e venda de bens imoveis ou ato equivalente. ser classila de arrependimento, ou a cessão de direitos deles decorrentes;
- II a incorporação de bens imoveis ou direitos reass an manimo de sociedade, cuja atividade preponderante se su venda ou a locação da propriedade imobiliaria ou a communidade direitos relativos a sua aquisição;
- III a fusão, cisão ou extinção de sociedade a que as artigo anterior ;

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA LET Nº 1.132/88

- IV a transferência de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- V arrematação, adjudicação e remissão em hasta pública, de bens imóveis :
- VI transmissão da propriedade de bens imóveis, sem prejuízo do disposto nos incisos anteriores, em consequência de:
 - a) dação em pagamento ;
 - b) mandato em causa própria e seus substabelecimentos,
 quando configurar transação e o instrumento contiver
 requisitos essenciais à compra e venda;
 - c) compromisso de compra e venda quitado, inclusive a cessões de direitos dele decorrentes;
- VII a transferência de direito sobre construção existente em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo:
- VIII- permuta de bens imóveis ou de direitos a eles relativos :
- IX as aquisições de terras devolutas ;
- X quaisquer outros atos ou contratos onerosos, translativos da propriedade de imóveis e de direitos a eles relativos, situados no Município.
- ARTIGO 4º O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou dirêitos .

 quando :
 - I incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital;
 - II decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
 - III efetuada aos mesmos alienantes, em decorrência de sua de sincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.
 - § 1º O disposto neste artigo não se aplica quando a pes soa jurídica adquirente tenha como atividade proponderante a venda ou locação de propriedade im-

- § 2º Considera-se caracterizada a atividade preponterante, referida no parágrafo anterior, quando mais de cinquenta por cento da receita operacional da pessoa ju rídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois sunsequentes à aquisição, decorrerem de transa coes mencionadas no parágrafo primeiro.
- § 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas ativida des após a aquisição, ou menos de dois anos antes de la, apurar-se-á a preponderância referida no parágra fo anterior, levando em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.
- § 4º Verificada a predominância referida no parágrafo primeiro, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito na data do seu pagamento.

- As aliquotas do imposto são as seguintes :

- I mas transmissões e cessões compreendidas no Sistema Financei ro de Habitação, a que se refere a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1.964 e legislação complementar:
 - a) sobre o valor efetivamente financiado meio por cento.
 - b) sobre o valor restante dois por cento.
- II nas demais transmissões ou cessões efetuadas a título onero so dois por cento.

Contribuinte do imposto é :

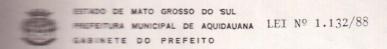
- O cessionario ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;
 - II na permuta, cada um dos permutantes.

PARÁCPAFO ÚNICO - Nas transmissões ou cessões que se efetum-

pagamento o transmitente e o cedente.

- de direitos reais sobre imóveis será recolhido através de guia, após a concordancia da Administração Municipal sobre os valores descritos, ao cofre público, antes da lavratura da escritura pública ou do ato de transmissão ou cessão.
 - § 1º Nos casos das transmissões em virtude de sentença judicial, na arrematação, adjudicação e remissão, dentro de trinta dias do trânsito em julgado da sentença.
 - 2º Nas transmissões ou cessões por meio de procuração em causa propria ou documento que lhe seja assemelhado, an tes de lavrado o respectivo instrumento.
 - 2 0 não recolhimento do imposto, nos prazos estabelecidos, sujei-
 - I dez por cento sobre o seu valor até noventa dias ;
 - II vinte por cento sobre o seu valor depois de noventa dias;
 - III cinquenta por cento sobre o seu valor nos exercícios sub sequentes.
 - da penalidade de que trata o artigo anterior, sujeitará o contribuinte ao pagamento do imposto acrescido de juros e correcto monetária efetivada com a aplicação dos coeficientes utilizados pelo Governo Federal para débitos fiscais.
 - tos transmitidos ou cedidos.
 - PARÁGRIFO ÚNICO O valor venal será previamente fixado pelo "

 Poder Executivo, com base nos valores constantes em cadastro, atualizados trimestral
 mente.



rem, os dispositivos do Título V e VI da Lei nº 992/85 que instituiu o Código Tributário do Município de Aquidauana.

12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de março de 1.989, revogadas as disposições em contrário.

MEDITURA MINICIPAL DE AQUIDAUANA - MS, 28 DE DEZEMBRO DE 1.988

ENCº CRISTOVÃO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal